



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL



Polícia Judiciária Militar



Relatório Sintético 2017



POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR**RELATÓRIO SINTÉTICO**

Ministério:	Ministério da Defesa Nacional
Organismo/Serviço:	Polícia Judiciária Militar
Cargo:	Diretor-Geral
Titular:	COR Luís Augusto Vieira
Período em análise:	01 de janeiro a 31 de dezembro 2017

1. MISSÃO DO ORGANISMO

A Polícia Judiciária Militar tem por missão coadjuvar as autoridades judiciárias na investigação criminal, desenvolver e promover as ações de prevenção e investigação criminal da sua competência ou que lhe sejam cometidas pelas autoridades judiciárias competentes.

Tem como atribuições:

- Coadjuvar as autoridades judiciárias em processos relativos a crimes cuja investigação lhe incumba realizar ou quando se afigure necessária a prática de atos que antecedem o julgamento e que requerem conhecimentos ou meios técnicos especiais;
- Efetuar a deteção e dissuasão de situações propícias à prática de crimes estritamente militares, em ligação com outros órgãos de polícia criminal e com as autoridades militares;



- Realizar a investigação dos crimes estritamente militares e de crimes cometidos no interior de unidades, estabelecimentos e órgãos militares, nos termos previstos no Código de Justiça Militar (CJM).

2. PRINCIPAIS SERVIÇOS PRESTADOS

A PJM presta os seguintes serviços sob a direção e na dependência funcional das Autoridades Judiciárias, com subordinação hierárquica ao Ministério da Defesa em benefício dos Ramos das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana:

- Receção de queixas e participações e colheitas de indícios, notícias e denúncias de crimes;
- Indiciar agentes de crimes;
- Notificações e audição de denunciante, queixosos, testemunhas e arguidos;
- Execução de perícias técnicas;
- Recolha de objetos e meios de prova;
- Cumprimento de mandados de revista, buscas, apreensões e detenções;
- Autuação das diligências de inquérito e elaboração de relatórios de conclusão;
- Controlo de entradas de material de guerra através de pontos militares de desembarque;
- Cooperação com autoridades militares na prevenção e dissuasão da criminalidade;
- Coordenação de diligências processuais em unidades, estabelecimentos, órgãos e navios com respetivas autoridades militares;
- Coadjuvação das autoridades judiciárias em atos que requeiram capacidades especiais.

3. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

- Contribuir para a celeridade e qualidade da investigação criminal.
- Assegurar a eficácia das relações funcionais com as autoridades judiciárias, Órgãos de Polícia Criminal e hierarquia das Forças Armadas.
- Otimizar a utilização dos recursos materiais, financeiros e organizacionais.
- Recrutar e valorizar o capital humano.



4. EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados apresentados são relativos ao período de avaliação de 01JAN2017 a 31DEZ2017 e compreendem:

A. Objetivos Operacionais.

Todos os objetivos operacionais foram superados (á exceção do O3, só atingido), o que resulta numa avaliação final do **Desempenho bom (117,28%)**.

A agregação em objetivos de eficácia, eficiência e qualidade, conforme as ponderações previstas, registaram os seguintes valores:

Eficácia	Eficiência	Qualidade
Ponderação 40%	Ponderação 40%	Ponderação 20%
48,83%	42,45%	26,00%

B. Gestão dos Recursos Humanos:

Relativamente aos Recursos Humanos são apresentados no quadro seguinte os números referentes ao ano de 2017:

Recursos Humanos	Pontuação	Planeados	Executados	Desvio
Oficiais - Direção Superior	20	20	20	0
Oficiais - Direção Intermédia	16	16	16	0
Oficiais	12	240	167	-73
Técnico Superior	12	48	24	-24
Sargentos	8	320	305,8	-14,2
Técnico de Informática	8	8	8,0	0
Assistentes Técnicos	8	120	114,8	-5,2
Praças	5	20	14,1	-5,9
Assistentes Operacionais	5	20	15	-5
Total		828	700,7	-127,3



C. Gestão dos Recursos Financeiros

A execução orçamental em 2017 teve um grau de execução na ordem dos 105,9% da Dotação Corrigida e demonstrado no seguinte quadro:

Orçamento	Dotação Corrigida	Realizado	Desvio
Funcionamento	2.323.414,00 €	2.462.587,00 €	139.173,00 €
PIDDAC	0 €	0 €	0 €

5. OPÇÕES DE GESTÃO E QUALIFICAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Aposta clara na qualificação dos recursos humanos, com enfoque nas novas tecnologias e competências nas áreas afetas à investigação.

Paralelamente foi reforçada a qualificação dos trabalhadores civis, afetos à área administrativo-logística, por forma a fazer face às alterações em sede de prestação de contas e sistema de avaliação.

6. OPÇÕES DE GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Otimizou-se a utilização dos recursos materiais e financeiros, que se concretizou numa redução das despesas de funcionamento e de investimento, tendo em conta as dotações orçamentais postas à disposição da PJM.

7. RESULTADO GLOBAL DA APLICAÇÃO DO SIADAP 2 E DO SIADAP 3

De acordo com o art.º 49 da LOE (Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro), foram introduzidas alterações à Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, tendo os subsistemas SIADAP 2 e 3, alterados os respetivos ciclos de avaliação:

- SIADAP 2, de cinco ou três anos, de acordo com a duração da comissão de serviço;
- SIADAP 3 – bienal.

Neste sentido, em 2017 não foram efetuadas avaliações no âmbito do SIADAP 2.



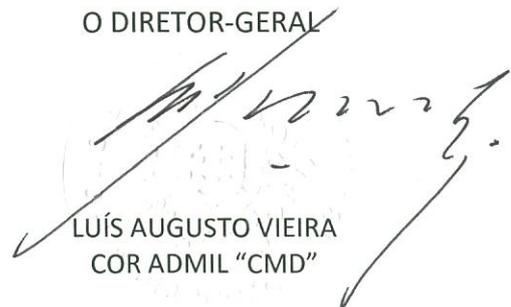
8. RESULTADO GLOBAL DA APLICAÇÃO DO SIADAP 3

Relativamente à aplicação do SIADAP 3 o resultado global é o seguinte:

SIADAP 3 - Resultado Global			
Menção Quantitativa	Avaliação	CCA	Final
Excelente	0	2	2
Relevante	10	0	10
Adequado	27	27	27
Inadequado	0	0	0

PJM Lisboa, 13 de abril de 2018

O DIRETOR-GERAL



LUÍS AUGUSTO VIEIRA
COR ADMIL "CMD"